

cadernos

IHU
ideias

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E
**DIREITOS
SOCIAIS:**
avanços e recuos da cidadania

Maria da Glória Gohn



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



ano 11 • nº 203 • 2014 • ISSN 1679-0316

Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

cadernos **IHU** ideias

ano 11 • nº 203 • 2014 • ISSN 1679-0316

**Constituição Federal e
Direitos Sociais**
avanços e recuos da cidadania

Maria da Glória Gohn

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

 UNISINOS



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 11 – Nº 203 – 2014

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja – Unisinos

Prof. Dr. César Sanson – UFRN

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. MS Lucas Henrique da Luz – Unisinos

Profa. MS Marcia Rosane Junges – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci (t) – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Caio Fernando Flores Coelho

Revisão

Carla Bigliardi

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

www.ihu.unisinos.br

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DIREITOS SOCIAIS: AVANÇOS E RECUOS DA CIDADANIA

Maria da Glória Gohn

Resumo

A Constituição brasileira de 1988, ao completar 25 anos, oferece-nos um momento bastante oportuno para se fazer um balanço e para avaliar esse período, e isto requer um olhar não apenas para o texto concluído e seu desenrolar posterior, mas também para o processo que lhe deu origem. Nesta apresentação, focalizarei pontos que incidem diretamente nessas conquistas, destacando alguns mecanismos de participação popular que foram criados a partir da Constituição de 88 – responsáveis em grande parte pelos mecanismos de controle social construídos no país a partir de 1988.

Palavras-chave: Constituição Federal de 1988, direitos sociais, democracia.

Abstract

By the 25th anniversary of the Brazilian Constitution of 1988, it comes opportune time to take an avaluation of this period of our recent history, this requires not only analyze its complete text and its later developments, but also the process which originated it. In this presentation, I will focus on terms that directly affect these achievements: highlighting some mechanisms of popular participation that were created from the 88 constitution – largely responsible for social control mechanisms that were built in the country since 1988.

Keywords: Federal Constitution of 1988, social rights, democracy.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DIREITOS SOCIAIS: AVANÇOS E RECUOS DA CIDADANIA¹

Maria da Glória Gohn
UNICAMP/FMU/CNPq

Início agradecendo o convite para participar deste evento e desta mesa sobre um tema que é um marco referencial na vida do país. É também um marco importante para minhas pesquisas, porque a Constituição de 1988 sintetiza, de certa forma, toda uma década, ou décadas, de redes movimentalistas que vieram a se consolidar numa série de conquistas que foram escritas em leis e geraram uma nova institucionalidade no país.

Como ponto de partida, compartilho da avaliação de alguns analistas que julgam a Constituição Brasileira de 1988 uma das mais avançadas do mundo devido à parte que cuida dos direitos e garantias individuais, bem como dos direitos sociais, enfoque a ser tratado nesta sessão. Sei também que ela foi muito abrangente, abriu inúmeras frentes, deixou lacunas e foi posteriormente sendo “emendada”. Em 2008, por ocasião da comemoração dos 20 anos de sua promulgação, ela tinha tido 62 emendas e havia outras 1.600 propostas de alterações no Congresso. A imprensa noticiou, naquele ano, a digitalização e publicação pelo Senado dos 71,7 mil formulários que chegaram ao Congresso na época da Constituinte. Em 2013, o número de emendas chega a quase 80, sendo que 48% dos artigos foram alterados, e 70% dos acréscimos ou remodelações, após 25 anos de sua existência, são dispositivos que tratam de políticas públicas sociais. Mas os princípios fundamentais sofreram poucas alterações. Há consenso entre os analistas de que a conquista maior na Carta de 88 foi a consagração das liberdades democráticas: de opinião, de manifestação e de organização. Não teríamos tido o povo nas ruas, em junho de 2013, sem a nova Carta. Ela também deu garantias individuais com relação à criminalização do racismo, à abolição e banimento da pena de morte, ao livre exercício religioso, ao repúdio à tortura e a tratamentos desumanos e degradantes. Estes princípios levaram à criação de medidas judiciais e leis posteriores, tais como o SUS (Sistema Único de Saúde), o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), a punição sobre o racismo, o direito das minorias (2007), a Lei da Imprensa (2009), a Lei da Anistia (2010), as cotas raciais, a Ficha Limpa (2012), a Lei Maria da Penha (2012) a Lei de Aces-

1 Este texto é resultado da palestra “Constituição Federal, os Direitos Sociais e a Cidadania” proferida no dia 19 de novembro de 2013, no evento *Constituição 25 anos: República, Democracia e Cidadania*.

so à Informação (2012), o reconhecimento da união homoafetiva (2011), etc. Portanto, não restam dúvidas – a Constituição de 1988 restaurou a democracia e a ampliou.

Entretanto, deve-se observar que grande parte das demandas da sociedade não tinha se concretizado em 2008, nem cinco anos depois, em outubro de 2013, nos 25 anos da nova Carta. Dentre estas demandas, citam-se: reforma agrária, combate à corrupção, saúde, educação de qualidade, questão salarial dos políticos, etc. (vide Folha de São Paulo “Sugestões à Constituição se mantêm atuais após 20 anos”, 7/10/2008, p. A4). Entretanto, no aniversário dos 25 anos, quando ela completou um quarto de século, a colocação das demandas se alterou: elas estão nas ruas, nas manifestações de junho de 2013, no que diz respeito aos serviços sociais que o Estado deve prestar à população, especialmente a mobilidade urbana por meio dos transportes, educação pública de qualidade “padrão FIFA” e saúde pública sem subfinanciamento.

A Constituição brasileira de 1988, ao completar 25 anos, oferece-nos um momento bastante oportuno para se fazer um balanço, para avaliar esse período, e isto requer um olhar não apenas para o texto concluído e seu desenrolar posterior, mas também para o processo que lhe deu origem. Processo mais amplo, que extrapola o período constituinte e que atravessa a sociedade civil e política, capta a luta da sociedade civil em busca da democratização, ou redemocratização, da sociedade política. Ao avaliar esta luta, podemos dizer: não foi uma década perdida, como muitos denominam os anos 1980. Foi uma década de conquistas democráticas de direitos.

Nesta apresentação, focalizarei pontos que incidem diretamente nessas conquistas, destacando alguns mecanismos de participação popular que foram criados a partir da Constituição de 88 – responsáveis em grande parte pelos mecanismos de controle social que foram construídos no país a partir de 1988. Vou priorizar o olhar sobre o cenário atual, lançando comparações com os últimos 25 anos. Consideramos que estes 25 anos são a moldura, o “frame” do cenário, da conjuntura propriamente dita. Olhar o passado é importante à medida que retiramos lições para compreender o presente e podemos delinear tendências para o futuro.

A questão da institucionalização

No Brasil a temática da institucionalização não é nova – no período do associativismo movimentalista de base do final da década de 1970 e nos anos 1980 já se pautava esta questão. Mas a tônica era manter a organização fora de estruturas governamentais, porque estas eram controladas pelo estado militar ou por políticas herdeiras da fase clientelística do regime populista

que existiu até 1964. A não institucionalização era uma forma de “estar de costas para o Estado”, mais como ato defensivo do que fundamentos ideológicos ou filosóficos do comunitarismo/batismo ou algo parecido. Até porque se demandavam outras formas de atuação do Estado para democratizá-lo; demandava-se a participação popular nas estruturas estatais, o que foi parcialmente obtido por meio de alguns canais inscritos na Carta Magna de 1988.

O tema da institucionalização na atualidade tem outra face. Podemos dividi-lo em dois momentos: o primeiro, nos anos 1990, resulta de uma trajetória de luta para implementar as conquistas institucionais, destacando os conselhos gestores e outros espaços institucionais, como o OP – Orçamento Participativo. O segundo, a partir do ano 2000, aprofundou as formas de gestão deliberativas, criou inúmeras inovações no campo da participação popular democrática, como a participação por via eletrônica, e redesenhou o formato de construção de várias políticas sociais com a generalização do uso de conferências (um ciclo que culmina com propostas para dar suporte, por exemplo, a um novo plano decenal, ou a criação de um órgão que cuide de tema ainda não contemplado em sua especificidade, como a alimentação). Pontuaremos a seguir as principais características dos dois momentos.

Os conselhos foram inscritos na Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população. Estas estruturas inserem-se, portanto, na esfera pública e, por força de lei, integram-se com os órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo, voltados para políticas públicas específicas, responsáveis pela assessoria e pelo suporte ao funcionamento das áreas em que atuam.

Os conselhos gestores inauguram novidades no campo da política por serem diferentes dos conselhos predominantes até 1988, os conselhos comunitários, populares ou dos fóruns civis não governamentais, porque estes eram compostos exclusivamente de representantes da sociedade civil, cujo poder residia na força da mobilização e da pressão e não possuíam assento institucional junto ao Poder Público. Os conselhos gestores são diferentes também dos conselhos de “notáveis” que já existiam nas esferas públicas no passado, compostos exclusivamente por especialistas, atuando em áreas temáticas, a exemplo do Conselho de Educação, entre outros.

Os conselhos gestores, no início, foram aclamados como novos instrumentos de expressão, representação e participação porque, em tese, são dotados de potencial de transformação política. Se efetivamente representativos, avalia-se que eles podem imprimir um novo formato às políticas sociais, pois se relacionam ao processo de formação das políticas e de tomada de decisões. Com os conselhos, gerou-se uma nova institucionali-

dade pública, porque eles criaram uma nova esfera social-pública ou pública não estatal. Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade, viabilizando a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitando à população o acesso aos espaços em que se tomam as decisões políticas, tendo a possibilidade de exercer controle social sobre o Estado. Com o passar do tempo, inúmeras avaliações já foram feitas sobre os conselhos, e as otimizistas expectativas iniciais não se confirmaram. Em um grande número de casos, eles se tornaram órgãos burocratizados, com participação de cidadãos já incluídos socialmente por escolaridade e outros, presos a redes neoclientelistas. A almejada participação popular ainda não teria sido conquistada. Portanto, está na hora de repensar os conselhos para que atinjam seus objetivos.

A legislação em vigor no Brasil preconiza, desde 1996, que, para o recebimento de recursos destinados às áreas sociais, os municípios devem criar seus conselhos. Isso explica por que a maioria dos conselhos municipais surgiu após esta data. Nos municípios, as áreas básicas dos conselhos gestores, entre outros, são educação, assistência social, saúde, habitação, crianças e adolescentes, idosos. Na esfera municipal, eles devem ter caráter deliberativo, mas muitos se reduzem ao papel consultivo. Quando isso ocorre, a participação é restrita, há um esvaziamento da responsabilidade pública, um apelo à moral conservadora, tradicional, remetendo as ações ao campo das políticas sociais compensatórias, do burocratismo e até mesmo do velho clientelismo. Os direitos se transformam em benefícios concedidos. A inovação advém, na maioria das vezes, das novas práticas geradas pela sociedade civil. De fato são inúmeras as novas práticas sociais expressas em novos formatos institucionais da participação, tais como as redes, os fóruns e as parcerias. Os fóruns são frutos das redes tecidas nos anos 1970/80 e possibilitaram aos grupos organizados olharem para além da dimensão do local. Eles têm abrangência nacional e são fontes de referências e comparações para os próprios participantes. As novas práticas constituem um novo tecido social, denso e diversificado, que tencionam as velhas formas de fazer política e criam novas possibilidades concretas para o futuro, em termos de alternativas democráticas.

O segundo momento na institucionalização das políticas públicas

A primeira década de 2000 é o segundo momento na configuração atual da questão da institucionalização. Progressivamente, a nova conjuntura econômica configurou uma nova correlação de forças nas políticas do governo e seus projetos político-culturais para a sociedade. O novo século trouxe inova-

ções no campo do associativismo brasileiro, como ações coletivas impulsionadas por mobilizações que são articuladas a partir de políticas públicas, ou parcerias entre a comunidade “organizada”, ONGs, fundações, etc. e setores do poder público.

Na atualidade, não se trata apenas de construir ou implementar os canais institucionais, trata-se da gestão dos mesmos. Várias inovações democráticas foram implementadas para realizar as mediações necessárias entre o cidadão e o governo, incorporando o uso das novas tecnologias. Muitas delas foram acopladas a estruturas já existentes, a exemplo da implantação das consultas, votações e manifestações *on-line*. Registre-se ainda a constituição de novos movimentos sociais, criados a partir da conjuntura atual, articulados com ONGs, voltados para questões relativas à democratização do Estado ou das políticas públicas, a exemplo do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE no Brasil.

Projetos sociais passam a ter centralidade na forma de organização da população por diferentes agentes mediadores, da sociedade civil ou política. Novos tempos, novas identidades são criadas ou impulsionadas. O campo do social passou a ser dominado por comunidades organizadas em projetos sociais com crianças, jovens, adolescentes, mulheres, cooperativas de todos os tipos de produtos e serviços, todos atuando segundo a lógica do desenvolvimento sustentável, nos marcos de uma nova economia social que tem como suposto a criação de “capital social” para a solução dos problemas socioeconômicos. Deve-se acrescentar neste cenário as inúmeras ações e redes cidadãs que se apresentam como movimentos sociais de fiscalização e controle das políticas públicas, atuando em Fóruns, conselhos, câmaras, consórcios, em escala local, regional e nacional. Os novos ativistas destas redes conectam-se via internet, e usualmente seus compromissos principais são com as ONGs ou entidades que os suportam. Redes de voluntariado também existem, principalmente no campo da assistência e da prestação de serviços aos mais pobres.

As formas institucionalizadas, do tipo conselho ou câmara de representação atuando junto a órgãos públicos, aumentaram significativamente em número e temáticas. No campo da alimentação, por exemplo, foi criado o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Este Conselho, juntamente com o Conselho do Idoso e o das Crianças e Adolescentes, tem exercido vigilância na questão do repasse dos recursos orçamentários de seus órgãos, conforme determina a Constituição. Nos estados da Federação, criaram-se Defensorias Públicas, previstas na Constituição de 1988 para atender, jurídica e processualmente, a parcela da população sem condições de contratar um advogado, garantindo-lhes o acesso à justiça. Ouvidorias públicas foram criadas junto aos principais órgãos públicos, nas várias es-

feras da administração pública, assim como empresas privadas também adotaram este canal de mediação entre o cliente/usuário e a empresa propriamente dita.

Em suma, na atualidade temos avanços democráticos que contam com o suporte governamental por meio de políticas públicas, mas os resultados são contraditórios. De um lado as demandas sociais são postas como direitos (ainda que limitados), abrindo espaço à participação cidadã por meio de ações cidadãs e novos direitos assegurados por novas políticas públicas. De outro, poderá haver perdas, principalmente, de autonomia dos movimentos e o estabelecimento de estruturas de controle social, de cima para baixo, nas políticas governamentais para os movimentos sociais.

A participação popular a partir da Constituição de 1988

A Carta de 1988 introduziu inovação já nos seus Princípios Fundamentais ao dizer que “todo poder emana do povo”. Ela introduziu o *referendum*, o plebiscito e a iniciativa popular. O referendo e o plebiscito foram usados só duas vezes em 25 anos – em 1993, quando a população manteve o presidencialismo como sistema de governo, e em 2005 um referendo rejeitou a proibição de comercialização de armas de fogo, prevista no Estatuto do Desarmamento. Ocorreram alguns plebiscitos locais sobre a criação de estados e municípios. Em julho, houve uma proposta da Presidente Dilma para um plebiscito como resposta às manifestações de junho, o que foi logo descartado pelos partidos no Congresso Nacional em razão do surgimento abrupto da ideia. O Artigo 14 prevê projetos de lei de iniciativa popular. Mas há várias dificuldades e empecilhos para que esta participação ocorra de fato. Um projeto, para ser acolhido, tem de contar com pelo menos 1% do eleitorado, o que significa 1,4 milhão de pessoas em 2013. Há propostas em discussão para diminuir para 0,5% do eleitorado, assim como a necessidade de mecanismos eficazes para a validação das assinaturas. Em síntese, em 25 anos, somente quatro projetos foram aprovados, destacando-se um no campo da habitação popular e a Lei da Ficha Limpa, resultado de iniciativa popular.

Existem 112 “leis faltantes” – são leis mencionadas no texto constitucional que não foram criadas até agora. Mas a Constituição tem sido o esteio no caso de conflitos de terras, especialmente em áreas de povos indígenas ou originários (quilombolas, por exemplo), assim como nas questões carcerárias e de liberdade de imprensa. Ressalve-se, entretanto, que lemos costumadamente nos jornais sobre os “ajustes” necessários no pacto social onde se observa que eles incidirão nos setores de menor renda/salário, seguro desemprego, abono salarial, etc. O argumento é que se gasta muito para ter uma redução pequena da

desigualdade de renda. Será mesmo? Faltam ainda inúmeras modificações para desburocratizar a máquina pública e seus processos. Os municípios têm sérias limitações para realizar inovações em suas gestões – uso de mídias *on-line*, por exemplo, que emperram porque a Constituição enfraqueceu o local e fortaleceu o poder central.

Para concluir, uma breve nota sobre as manifestações de junho. O Brasil foi às ruas usando as redes sociais como instrumento de mobilização. Clamou contra a má qualidade dos serviços públicos (especialmente educação, saúde, segurança e mobilidade urbana), clamou por cidadania de fato, “padrão FIFA”. A liberdade de expressão emergiu como regra do regime democrático. Este direito, garantido em cláusula pétrea da Constituição (significa que não pode ser alterada por emendas), acabou por se transformar em um dos valores principais a ser defendido, pois os atos de violência nas ruas, depois de junho de 2013, colocaram em risco tal direito.

Conclusões e desafios

Um balanço das conquistas obtidas com a Constituição de 1988 nos leva a olhar e a comparar o proposto, o inscrito, o implementado com a prática atual. Por isto este texto fez um resgate do processo de construção da cidadania no Brasil nos últimos 30 anos. Deteve-se na atualidade, concluindo que formas novas de cidadania refletem um novo momento e um modelo na trajetória do associativismo brasileiro. Destacamos neste associativismo o papel dos movimentos sociais.

Observa-se que alguns movimentos voltaram a ter visibilidade e centralidade, como atores que pressionam por processos de mudança social. Eles também se transformaram bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social. Alteraram seus projetos políticos. Mas como são muitos e heterogêneos, parte deles fragmentou-se, perdeu ou redefiniu sua identidade, ideias e pontos de vista centrais, alterando o projeto e a cultura política existente. Outros se redefiniram segundo as mudanças de outros atores sociais em cena. Outros ainda aproveitaram brechas e se conectaram com as possibilidades dadas pela globalização, econômica (geradora de resistências e protestos) e cultural (geradora de novas sociabilidades, novas interações e aprendizagens baseadas na pedagogia do exemplo – aprender pela observação – nos grandes eventos transnacionais, ou por meio da conexão na rede internet). Os exemplos principais destes últimos são o movimento antiglobalização, também chamado de altermundialistas ou alterglobalização, ou ainda transnacionais (Porta & Tarrow, 2004). Registre-se, entretanto, a heterogeneidade das formas de movimentos sociais.

Nossas análises destacam o caráter educativo das ações coletivas, organizadas sob a forma de movimentos sociais, a ampliação deste cenário associativo para além da sociedade civil – adentrando em novas esferas públicas, a exemplo dos conselhos e conferências nacionais – e o surgimento de novos formatos deste associativismo, que trabalha agora essencialmente em rede. O Estado transformou suas relações com a sociedade civil organizada, impulsionando políticas públicas participativas – muitas delas coordenadas ou com a participação de antigas lideranças oriundas de movimentos sociais. A busca da institucionalização de práticas, antes autônomas, tornou-se uma constante. Novo marco regulatório oficial possibilitou a criação de inúmeras inovações no campo da gestão democrática, e o leque de entidades e associações atuando no campo da educação, especialmente na educação não formal, cresceu bastante.

Disso tudo resulta um cenário contraditório no qual convivem entidades que buscam a mera integração dos excluídos por meio da participação comunitária em políticas sociais exclusivamente compensatórias; com entidades, redes e fóruns sociais que buscam a transformação social por meio da mudança do modelo de desenvolvimento que impera no país, inspirados num novo modelo civilizatório onde a cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social sejam imperativos, prioritários e inegociáveis.

Há muitos desafios a serem enfrentados. Como meta geral, precisamos alterar a cultura política de nossa sociedade (civil e política) ainda fortemente marcada pelo clientelismo, o fisiologismo e por diversas formas de corrupção; reestruturar a cultura administrativa de nossos órgãos públicos ainda estruturados sobre os pilares da burocracia e do corporativismo; contribuir para o fortalecimento de uma cultura cidadã que respeite os direitos e deveres dos indivíduos e coletividades, pois a cidadania predominante se restringe ao voto e é ainda marcada pelas heranças coloniais da subserviência e do conformismo.

Em resumo: o compromisso ético e a opção pelo desenvolvimento de propostas que tenham por base a participação social por meio do protagonismo da sociedade civil exige uma clara vontade política das forças democráticas organizadas para a construção de uma nova sociedade de fato. É preciso que se respeitem os direitos de cidadania e se aumente progressivamente o nível de participação democrática da população nos espaços públicos, consolidados em instituições que dão forma aos direitos humanos e ao exercício da participação cidadã, presentes nos conselhos, plenárias, fóruns e outras possíveis instituições a serem inventadas. Tudo isto compõe o universo da temática: movimentos sociais e cidadania. Concluímos lembrando um alerta de Rancière, quando critica as formas de participação não emancipadoras, formas criadas apenas para estabelecer consensos e controles, dizendo que, nestes casos, a

participação política é confundida com o consenso, e a política deixa de ser “a reivindicação da parte dos que não têm parte, a uma intervenção de expedientes” (Rancière, 1995).

Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. *Community*. Cambridge: Polity, 2001.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2ª ed. Brasília: UnB, 1986.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Observatório Global*. Barcelona, Ed. LAIEE, 2008.
- _____. *Redes de Indignação e de esperança: Movimentos sociais na era global*. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (Orgs). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo/Campinas: Paz e Terra/Unicamp, 2006.
- DUSSEL, Enrique. *A ética da libertação na idade da exclusão*, Petrópolis, Vozes, 2002.
- FRASER, Nancy. Recognition without Ethics. In *Theory, Culture and Society*, n.18, 2001.
- LASCOUMES, P. & LE GALÈS, P. *Sociologia da ação pública*. Maceió: EDUFAL, 2012.
- GOHN, Maria da Glória. *O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Loyola. 2012.
- _____. *Movimentos sociais e educação*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- _____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 2013.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10ª Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 2012.
- HESSEL, Stéphane. *Indignai-vos!* Lisboa, Ed Objectiva, 2011.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging codes*. Cambridge, Cambridge Press, 1996.
- OBSERVATORIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA. Movimientos sociales y gobiernos en la región Andina. Resistencias y alternativas en lo político y lo social. *Revista OSAL*, Buenos Aires, CLACSO, n.19, 2006a.
- _____. Movimientos sociales: nuevas realidades, nuevos desafíos. *Revista OSAL*, Buenos Aires, CLACSO, n.21, 2007.
- PORTA, Donatela dela. TARROW, Sidney (ed.). *Transnational Protest and Global Activism: people, passions and power*. Roman and Littlefield, 2004.

QUIJANO, Aníbal. El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas? *Revista OSAL*, Buenos Aires, CLACSO, v.5, n.13, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo, Ed. 34. 1995.

RIBEIRO, Tânia Guimarães. O Conceito de Desenvolvimento Participativo nas Ações do Estado – uma proposta para a Amazônia. *Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro, UFRJ /IFCS/PPGSA, 2010.

ROMANO, J.; ANDRADE, M. de P.; ANTUNES, M. (orgs.) *Olhar crítico sobre participação e cidadania*. São Paulo: Expressão Popular, Action Aid Brasil, 2007. (Coleção Olhar Crítico, v.1)

SANTOS, Boaventura de S.(Org). *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

TOURAINE, Alain. *¿Podremos vivir juntos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. *Un nouveau paradigme*. Paris: Fayard, 2005.

_____. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007a.

_____. *Penser autrement*. Paris: Fayard, 2007b.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Muszkopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiéu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lução Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton e Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana María Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebeda

- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávoro
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Rôber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni

- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Wernick Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma Questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Braganolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano



Maria da Glória Marcondes Gohn possui graduação em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1970), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1979), doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1983) e Pós-Doutorado pela New School University, Nova York (1997). Bolsista I do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi bolsista da Fundação Rockefeller em Bellagio, Itália (2000),

e da UNESCO em Santiago do Chile (1989). Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora visitante da Universidade de Madri (2010) e da Universidade de Córdoba/Argentina (2010). É Vice-Presidente do Comitê *Social Movements and Social Classes* da Associação Internacional de Sociologia (ISA). Parecerista *ad hoc* da avaliação de periódicos SciELO, parecerista do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do *Corresponding Editors – International Journal of Urban and Regional Research*. Membro de comitê acadêmico do CNPq, área Sociologia (2007-2010), e membro do Comitê do Programa Editorial do CNPq (2011-). Em 2010 teve sua autobiografia selecionada e incluída no DESSA – *Dictionary of Eminent Social Sciences Scientists*, da Fundação Mattei Dogan, Paris. Tem experiência na área de Sociologia, Educação e Políticas Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, participação social, educação não formal, associativismo e cidadania.

Algumas obras da autora

GOHN, Maria da Glória. *O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Loyola. 2012.

_____. *Movimentos sociais e educação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 4. Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 2013.

_____. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10. Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 2012.